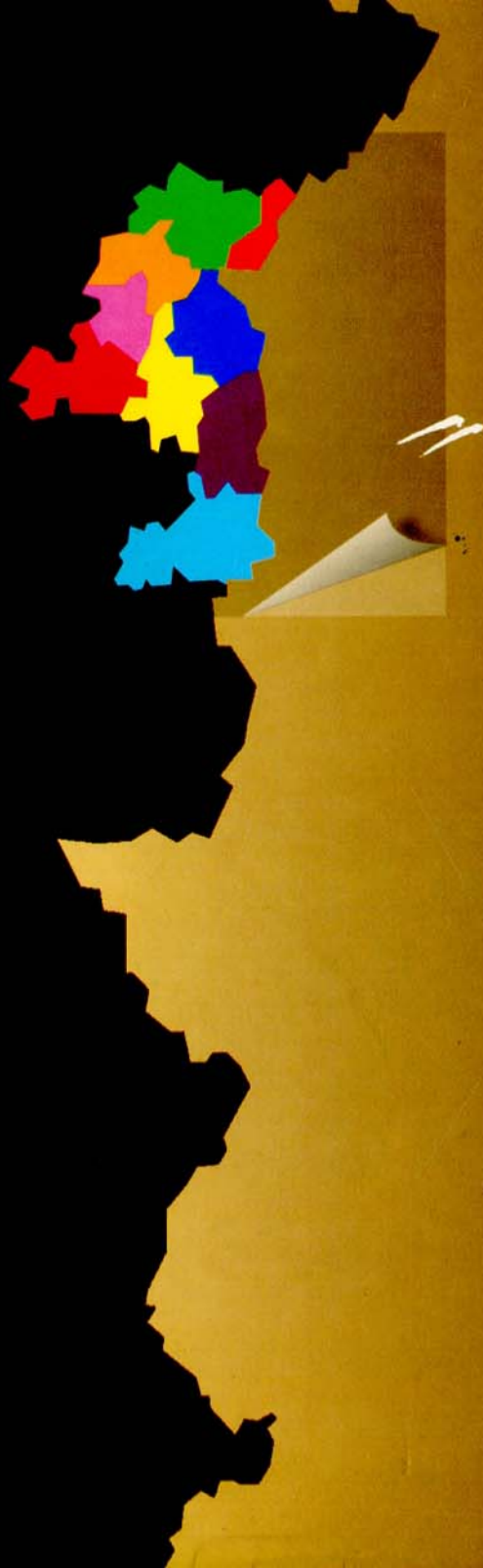




Terras
do Côa

da Malcata ao Reboredo

os valores do Côa

Ficha Técnica

Título

Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo
Os Valores do Côa

Promotor e Editor

Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda

Concepção e Coordenação

Parque Arqueológico Vale do Côa

Fotografia e Secretariado

Centro Nacional de Arte Rupestre

Edição co-financiada por

Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA)
Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR)

Design Gráfico

José Luís Madeira

Execução

SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem

1500 exemplares

Depósito legal

124831/98

ISBN

972-97832-0-9

1998

Fotografia da capa

Gravura rupestre de 1944, Foz do Rego da Vide, Vale do Côa (CNART)

Terras do Côa Da Malcata ao Reboredo

COORDENAÇÃO:

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

FOTOGRAFIA:

Manuel Almeida

AUTORES:

ALEXANDRA CERVEIRA PINTO S. LIMA

Mestre em Arqueologia (Instituto de Conservação da Natureza, colaboradora do Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANA MARGARIDA CARVALHEIRA

Mestre em História de Arte

ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO

Mestre em Pré-História e Arqueologia (Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Arqueólogo (Director do Centro Nacional de Arte Rupestre)

FERNANDO MAIA PINTO

Arquitecto (Director do Parque Arqueológico Vale do Côa)

FRANCISCO SANDE LEMOS

Doutorado em Pré-história e História da Antiguidade (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

GASPAR MARTINS PEREIRA

Doutorado em História Contemporânea (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; coordenador do Grupo de Estudos Históricos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - GEHVID)

GONÇALVES GUIMARÃES

Mestre em Arqueologia (Director da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, V.N.Gaia; assistente convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

HELOÍSA SANTOS

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

ISABEL ALEXANDRA LOPES

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

ISABEL MARIA FERNANDES

Bolseira de Doutoramento do Praxis XXI / Universidade do Minho

JORGE ARGÜELLO

Doutorado em História (pela Univ. de Oviedo) e bolseiro de pós-Doutoramento da *Fundación para el Fomento de la Investigación Científica Aplicada y Técnica del Principado de Asturias*

JORGE FORTUNA

Ecólogo (colaborador do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos)

LAURA CASTRO

Mestre em História de Arte (Departamento de Museus e Património da Câmara Municipal do Porto)

MARCOS OSÓRIO

Arqueólogo (Câmara Municipal do Sabugal)

MIGUEL AREOSA RODRIGUES

Mestre em Arqueologia (Instituto Português do Património Arquitectónico/Porto; investigador do GEVHID)

PAULA BARREIRA ABRANCHES

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

PAULO DORDIO

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

RICARDO TEIXEIRA

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

SUSANA COSME

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

SUZANA FARO

Pós-Graduada em Museologia (Responsável pelo Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)

THIERRY AUBRY

Doutorado em Arqueologia (pela Univ. de Bordéus) (Parque Arqueológico Vale do Côa)

Introdução	7
CAPÍTULO I	
CENTROS DE POVOAMENTO:	
UM PERCURSO PELAS VILAS MEDIEVAIS	
Notas de viagem pelas vilas do Riba Côa e algumas vilas no Riba Douro	15
I – Quatro antigas vilas que guardavam o Douro:	
Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva	15
II – No final do século XIII a aldeia de Torre de Moncorvo	
substituiu a vila de Santa Cruz da Vilariga	18
III – Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa	22
IV – Vila Velha de Numão - Um projecto de investigação	
arqueológica em curso	24
V – Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo:	
Longroiva, Muxagata e Meda	30
VI – Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna	
de Marialva	32
VII – Da <i>penela</i> alto medieval de «Moraria» à vila fortificada	
de Moreira de Rei	36
VIII – A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento	
com D. Isabel de Aragão	38
IX – Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão	
que passaram a ser uma só no Reino de Portugal	41
X – A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel	
e o passo do Côa na Ponte Velha	43
XI – A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira	
dos séculos XVII e XVIII	51
XII – A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de	
Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel	55
XIII – Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas	
e duas vilas portuguesas	59
CAPÍTULO II	
O APROVEITAMENTO DE RECURSOS E A CONSTRUÇÃO	
DA PAISAGEM: UM PERCURSO PELAS QUINTAS	
Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior	77
O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente	85
– As Quintas	85
– Quintas, <i>villae</i> e povoamento em época romana	87
– Outras modalidades do povoamento romano	90
– Percursos	92

CAPÍTULO III	
CONSTRUÇÃO E ESPAÇO SAGRADO:	
UM PERCURSO PELA ARQUITECTURA RELIGIOSA	
Património Religioso Edificado e Arte Sacra.	
Registo de ocorrências discretas	103
<i>O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar</i>	117
CAPÍTULO IV	
SABERES TRADICIONAIS: O BARRO, O FERRO E A SEDA	
A Olaria	135
– A olaria de Felgar / Larinho	136
– A olaria de Santa Comba / Barreira	137
A Olaria de Malhada Sorda	141
O trabalho do ferro	144
Olhares sobre a seda nas terras do Côa	151
CAPÍTULO V	
TERRAS DO CÔA: DOMINANDO A PAISAGEM	
Património Natural do Vale do Côa: uma abordagem	163
Senhora do Castelo de Urros	166
Senhora do Castelo da Adeganha	168
Senhora dos Montes Ermos	170
Marialva	173
Sabugal Velho	174
Caria Talaia	176
Sortelha	178
CAPÍTULO VI	
TERRAS DO BAIXO CÔA:	
PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA	
As gravuras, a beleza e a liberdade	183
O povoamento paleolítico da bacia do baixo Côa	184
Do fim do Paleolítico à aquisição da Escrita no Baixo Côa	190
A arte do Côa e Alto Douro e o Centro Nacional de Arte	
Ruprestre (CNART)	196
Ler na Paisagem Contemporânea Paisagens Medievais e Modernas	202
Das Escavações arqueológicas ao Museu de Sítio da Ervamoira:	
um programa global de investigação multidisciplinar	205
Projecto de Investigação Arqueológica do Território do Monte	
do Castelo (Almendra)	209



Capítulo VI

Terras do Baixo Côa: percursos da investigação arqueológica

Fernando Maia Pinto
Thierry Aubry
António Faustino de Carvalho
António Martinho Baptista
Alexandra Cerveira Pinto S. Lima
Gonçalves Guimarães
Susana Cosme

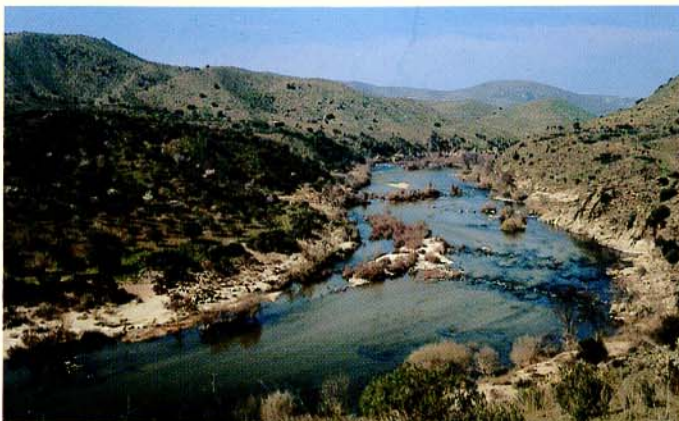


Fig. 1 – O troço do Rio Côa junto à Quinta da Barca (na margem esquerda), revelou uma importante ocupação durante o Paleolítico superior; no entanto, durante a Pré-História recente parece ter sido explorado apenas do ponto de vista hortícola (por exemplo, o importante povoado calcolítico do Fumo, em Almendra, situa-se a uma distância relativamente curta). Na hipótese de um efectivo povoamento epipaleolítico na região, este tipo de ecossistema terá desempenhado um papel determinante. (Fot. do PAVC)



Fig. 2 – A extensa depressão da Longroiva, densamente irrigada por pequenos cursos de água, regista uma elevada densidade de vestígios pré-históricos correlacionáveis com ocupações especializadas em actividades de caça e pastoreio conhecidas desde o Neolítico antigo nos planaltos. (Fot. do PAVC)

DO FIM DO PALEOLÍTICO À AQUISIÇÃO DA ESCRITA NO BAIXO CÔA

O fim da última glaciação

Reflexo das condições climáticas da glaciação de Würm, mais frias e secas que as actuais, o coberto vegetal no Baixo Côa era composto essencialmente por mato rasteiro e arbustivo nas terras altas e por espécies de maior porte nos fundos dos vales, onde a água seria mais abundante. Consequentemente, as espécies animais selvagens eram também distintas das actuais. Na falta de vestígios paleontológicos, que a acidez dos solos de substrato granítico ou xistoso destrói, as gravuras rupestres paleolíticas constituem um testemunho importante dessa fauna. Assim, além de peixes de rio (nomeadamente salmonídeos), conhecem-se representações de auroques (os antepassados selvagens do boi doméstico) e cavalos (hoje raramente observáveis em estado selvagem), animais de espaços abertos, e cabras-montês, cujo *habitat* preferido, áreas escarpadas de clima frio, está hoje reduzido ao Norte da Península. Representações de veados datáveis do final do Paleolítico superior testemunham a formação de bosques nesse período.

Há cerca de dez mil anos, o lento processo de aquecimento global torna-se praticamente irreversível. As condições climáticas pós-glaciares, ou holocénicas, estão na origem do desenvolvimento da floresta e do seu avanço para latitudes mais setentrionais. Em Trás-os-Montes e no Alto Douro, esse povoamento foi levado a cabo por espécies que denunciavam um clima de tipo mediterrâneo (sobreiro, carvalho) com influências atlânticas (pinheiro). Os auroques, as cabras-montês e os cavalos migram. A fauna é agora a típica de bosques com pequenas clareiras, ou seja, cervídeos e javalis.

No entanto, estas regiões de Portugal não parecem ter sido ocupadas pelo Homem nesta fase inicial do Holocénico. Com um povoamento humano bem atestado durante o Paleolítico superior, o Baixo Côa parece ter-se tornado impraticável para as comunidades de caçadores e recolectores, cada vez mais tentados a viver dos ricos ecossistemas costeiros e estuarinos. Porém, este processo de abandono

das regiões do interior não deverá ter ocorrido de forma súbita.

É provável, pois, que durante os primeiros milénios do Holocénico este espaço fosse ainda habitado por grupos humanos cujo modo de vida assentasse na exploração dos novos recursos ribeirinhos e florestais. Infelizmente não há ainda dados seguros acerca desta fase da Pré-História do Vale do Côa, o Epipaleolítico, sendo todavia concebível que alguns dos acampamentos pré-históricos e algumas das gravuras de tipo subnaturalista datem desta época.

Os referidos acampamentos são visíveis hoje apenas através de concentrações de utensílios em pedra e dos desperdícios do seu fabrico, concentrações que se encontram muitas vezes profundamente soterradas, cobertas pela vegetação ou perturbadas por uma agricultura milenar. As matérias-primas de origem orgânica (madeira e ramagens, peles e ossos de animais, etc.), por norma, não se preservam e só ocasionalmente se identificam frágeis estruturas em pedra (por exemplo, fogueiras).

As primeiras comunidades de agricultores e pastores

Há cerca de 7.500 anos ocorre no actual território português um acontecimento com consequências notáveis: a introdução de modos de exploração do meio baseadas, não na exploração de recursos espontâneos, mas antes na manipulação e controle de recursos domésticos. Isto é, para além da caça, recollecção e pesca, a subsistência das populações humanas baseia-se agora no pastoreio de ovinos e caprinos e no cultivo de trigo e centeio, espécies até então estranhas às regiões peninsulares. Este período, apelidado de Neolítico (ou «Idade da Pedra Nova»), por oposição a Paleolítico (ou «Idade da Pedra Antiga»), caracteriza-se ainda pelo invento de novos tipos de utensílios: vasos de cerâmica e utensílios de pedra polida (machados).

No Nordeste de Portugal, o Neolítico começou cerca de 5 000 a.C. (ou um pouco antes) e resultou da migração para Norte de pequenas comunidades de agricultores e pastores inicialmente estabelecidas em regiões meridionais (a Andaluzia ocidental, o Alentejo ou a Estremadura portuguesa).



Fig. 3 – O planalto das Chãs foi sucessivamente ocupado durante o Neolítico e as idades do Cobre e do Bronze, de que é exemplo o sítio do Neolítico antigo de Quebradas, localizado junto ao veículo branco no centro da fotografia. (Fot. do PAVC)



Fig. 4 – Machados fabricados em pedra polida, ambos provenientes do sítio das Quebradas (o da esquerda, fracturado, só conserva a parte correspondente ao gume). (Fot. do PAVC)



Fig. 5 – Fragmentos de cerâmica do Neolítico antigo das Quebradas (Chãs).
(Fot. do PAVC)



Fig. 6 – Fragmentos de cerâmica do Calcolítico do Castelo de Algodres (Algodres), apresentando a característica decoração penteada (linhas incisadas onduladas executadas com um pente). (Fot. do PAVC)

No Baixo Côa conhecem-se os sítios de Quinta da Torrinha (Tomadias) e de Quebradas (Chãs), acampamentos temporários ou sazonais eventualmente relacionados com ocupações permanentes situadas nos vales mais largos. Aqueles sítios localizam-se em planaltos, junto de cursos de água e nas proximidades de solos leves e arenosos, os mais apropriados a uma agricultura primitiva.

Os vestígios recolhidos incluem cerâmicas, por vezes extensamente decoradas, destinadas a vários fins: confeccionar e servir alimentos, armazenamento de produtos, possivelmente os excedentes da produção agrícola, etc. Ainda inseridos nesta actividade estão utensílios em pedra polida para moagem de cereais e outros alimentos. Estes utensílios eram fabricados sobre blocos de granito e compostos por duas peças principais: uma base, ou dormente, com a superfície côncava, no interior da qual o grão era moído através da percussão ou do movimento de vai-vem realizado por um bloco arredondado e de menores dimensões, o movente.

Como estas regiões se encontravam cobertas de florestas, foi necessário proceder ao seu abate ou queima para criação de pastos e campos de cultivo. A economia agro-pastoril conduz, assim, aos primeiros impactos humanos na paisagem.

A complexificação da sociedade pré-histórica

Muito comuns na Beira Alta, as antas ou dólmenes são actualmente de todo desconhecidos na região do Baixo Côa. Nunca edificadas ou totalmente destruídas após a recente introdução de maquinaria pesada na agricultura, o facto é que se desconhecem os locais onde as comunidades pré-históricas enterravam os seus mortos durante o Neolítico e o período subsequente, o Calcolítico ou Idade do Cobre. Apenas da segunda idade dos metais, a Idade do Bronze, se conhecem duas necrópoles de cistas (pequenas câmaras de planta aproximadamente rectangular destinadas usualmente a enterramentos individuais): uma no Vale da Casa (Pocinho), outra nos Malhadais (Barca d'Alva).

Os períodos posteriores ao Neolítico são, no entanto, os que apresentam o maior número de sítios arqueológicos. Um nítido aumento da densidade demográfica parece aliás ocorrer nas idades do Cobre e do Bronze, que decorreram entre cerca de 3 000 a.C. e meados do I milénio a.C. Os lugares de habitação são por vezes amuralhados e situam-se em locais destacados na paisagem, de difícil acesso, e a partir dos quais se pode observar todo o espaço envolvente. Estes locais tinham, assim, uma dupla função: defensiva, porque inacessíveis e amuralhados; ostensiva, porque eram também eles visíveis de longe, assumindo desse modo uma certa carga simbólica. Destes locais podem citar-se, como exemplos, o Castelo Velho (Freixo de Numão) ou o Castelhão (Escalhão). Paralelamente, uma importante rede de povoamento, materializada em acampamentos de dimensões variáveis, estende-se tanto pelas terras baixas como pelos planaltos. É o caso dos povoados do Fumo (Almendra), Barrocal Tenreiro (Algodres) ou Tourão da Ramila (Santa Comba).

Estes sítios arqueológicos ocupam já não só os solos leves e arenosos, à semelhança do período precedente, como também os solos mais pesados e argilosos. Esta expansão demonstra que houve um aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, que muitos autores correlacionam com a invenção do arado e a utilização de animais de tiro, verosimilmente o boi. A recolha de ossos de boi doméstico em sítios calcolíticos e da Idade do Bronze indica não só que aquela hipótese é plausível, mas também que há uma maior sedentarização das populações. Os animais abatidos incluem ainda, para além dos ovinos e caprinos, o coelho, o veado, o porco, o javali e peixes de rio. Dos animais domésticos retiram-se agora de forma mais intensiva outros produtos para além da carne; é o caso do leite (e a provável invenção do queijo) ou da lã (eventualmente usada na tecelagem, prática testemunhada pela recolha de pesos de tear em muitos povoados).

A maior sedentarização destas populações é-nos sugerida também pelas técnicas construtivas, quer dos povoados amuralhados, quer das próprias unidades habitacionais do seu interior. Por exemplo, no povoado do Fumo (Almendra), identificaram-se restos de cabanas de planta suboval construídas com ramagens entrelaçadas, apoiadas em

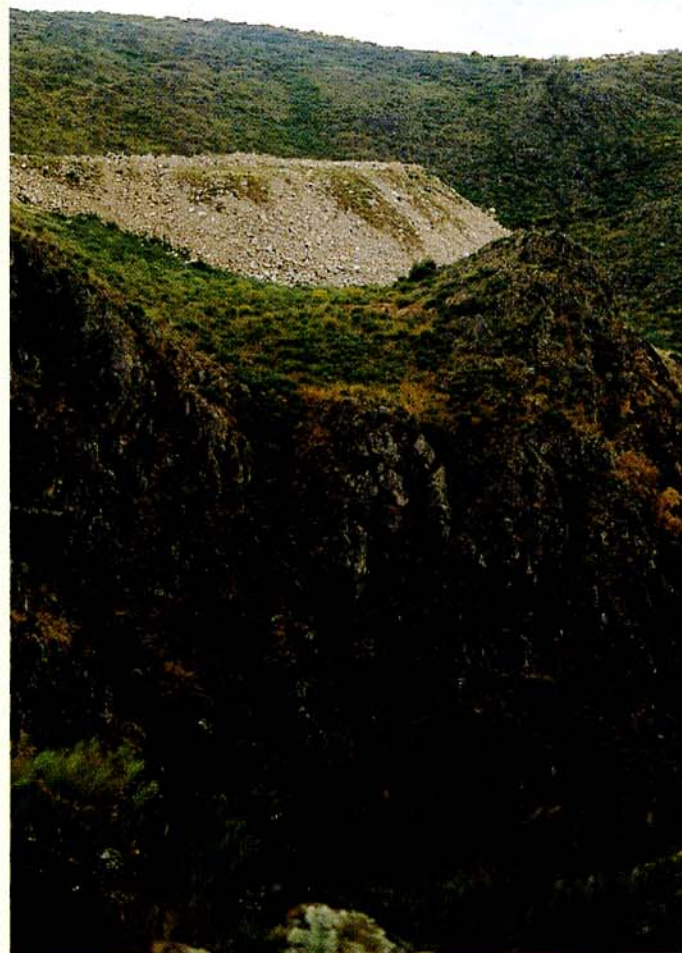


Fig. 7 – O povoado calcolítico do Fumo foi construído na depressão que se observa no topo da escarpa que se ergue em primeiro plano. O amontoado de detritos de cor esbranquiçada é a escombreira das pedreiras de granito que funcionaram no local durante o período em que decorreram as obras de construção da barragem de Foz Côa. (Fot. do PAVC)



Fig. 8 – Exemplo das frágeis estruturas domésticas preservadas desde a Pré-História: trata-se dos restos de uma fogueira do povoado do Fumo, da qual sobejaram até à actualidade apenas alguns carvões, ossos de veado e ovicaprino calcinados e meia dúzia de calhaus, visíveis na imagem, utilizados para a delimitar. (Fot. do PAVC)



Fig. 9 – Bocados de barro utilizado para cobrir as cabanas construídas com troncos e ramagens no interior dos povoados, técnica muito frequente no Calcolítico. As peças ilustradas, que mostram nitidos negativos daqueles troncos, foram recolhidas no sítio do Fumo. (Fot. do PAVC)

postes de madeira e depois cobertas com uma camada de argila misturada com areão. Este tipo de estruturas é claramente mais duradouro do que as construídas inteiramente com materiais de origem vegetal. Outros indícios de um maior arraigamento ao local de implantação do povoado são, por exemplo, as grandes dimensões de alguns recipientes cerâmicos.

A metalurgia é inventada neste momento. Daí a própria terminologia empregue: na Idade do Cobre explora-se o ouro de aluvião e o cobre, sendo este metal objecto de uma adição deliberada de estanho no final da Idade do Bronze, o que lhe confere maior dureza. Estamos, assim, perante a primeira liga metálica conhecida na História: o bronze. Alguns sítios do Baixo Côa têm revelado evidências de práticas metalúrgicas primitivas semelhantes, o que não surpreende, dada a riqueza natural da Beira Alta em ouro e estanho.

As sociedades calcolíticas e da Idade do Bronze são, de um modo geral, mais complexas. Isto é, se até ao Neolítico a divisão do trabalho assentava predominantemente em critérios sexuais e etários, a partir destas épocas vemos surgir indícios indirectos da existência de tarefas que só poderiam ser levadas a cabo por indivíduos que se lhes dedicassem a tempo inteiro e que tivessem de passar por um processo de aprendizagem elaborado. São exemplos o fabrico em pedra de utensílios específicos, nomeadamente de alguns tipos de pontas de projectil; a prática da metalurgia e a transmissão do seu conhecimento; a arquitectura dos povoados com muralhas, etc. Pode supor-se, como consequência destas observações, uma maior hierarquização social.

Os povos pré-romanos e a alvorada da História

Os povos que habitavam a região antes da chegada dos romanos têm sido tradicionalmente designados por lusitanos. Tratam-se de um dos vários povos peninsulares de origem indo-europeia mencionados em relatos escritos por autores da Antiguidade clássica (Estrabão, entre outros), nos quais se fazem referências a vários aspectos do seu modo de vida. Os dados de que dispomos para esta época, a que se chama

Idade do Ferro, são, assim, de uma dupla natureza: vestígios arqueológicos e, pela primeira vez, documentos escritos.

Da interpretação conjunta daqueles dados temos podido concluir que os locais então habitualmente escolhidos para habitação eram os montes altos depois de reforçados com muralhas. Edificadas no interior daquelas muralhas, as casas eram de planta circular, construídas em pedra e com uma cobertura cônica feita de materiais perecíveis. Estes locais têm recebido o nome de «castros» e deveriam albergar um número variável de famílias amplas, isto é, famílias que incluíam os descendentes e cônjuges e respectiva prole. A horticultura e a agricultura cerealífera eram praticadas. Contudo, parece certo dizer que a pastorícia, a recollecção de alimentos silvestres e a pilhagem eram mais correntes.

No Baixo Côa conhecem-se dois povoados de tipo «castro»: Calábria (Almendra) e Urros (Moncorvo). Infelizmente, nenhum destes sítios foi até ao momento objecto de intervenções arqueológicas aprofundadas, pelo que se torna difícil tecer considerações a respeito do modo de vida dos seus habitantes. Porém, nas margens do Douro são inúmeras as gravuras rupestres que nos fornecem alguns «retratos» desta época, sendo típicas as representações de guerreiros a cavalo ostentando lanças e espadas.

Uma das características mais notáveis da Idade do Ferro peninsular é a existência de escritas alfabetiformes, ainda não traduzidas, que registam a língua (ou línguas) destes povos. No território português, essas escritas ocorrem principalmente no Sul, área muito mais exposta a influências mediterrâneas (os fenícios, por exemplo, estavam estabelecidos no Sul da Península Ibérica desde o século VIII a.C.). No Baixo Côa, no entanto, foi descoberta e documentada uma inscrição desse tipo no núcleo de gravuras do Vale da Casa (Pocinho) antes da sua submersão pela albufera da barragem do Pocinho.

A chegada dos romanos ao Norte de Portugal verificou-se em 138 a.C., data da campanha militar que, conduzida por Décio Júnio Bruto, percorreu o litoral Norte, chegando a ultrapassar o rio Lima. Embora desta campanha não resultasse a ocupação daqueles territórios, a romanização de toda esta vasta região estará, contudo, completa no século seguinte.

António Faustino de Carvalho



Fig. 10 – Hemimandíbula de boi doméstico recolhida *in situ* no povoado calcolítico do Fumo. (Fot. do PAVC)



Fig. 11 – Inscrição alfabetiforme, ainda não traduzida, identificada na Rocha 23 do sítio de Vale da Casa (Pocinho). Inscrições deste tipo são conhecidas sobretudo no Sul de Portugal, e datarão da Idade do Ferro. (Fot. A.M.B., 1983)